



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
Coordenadoria de Convênios e Contratos

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº. 007/2014/TJPA
REF. PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 014/2014/TJPA

Aos 04 dias do mês de junho de 2014, o Estado do Pará, por intermédio do **Tribunal de Justiça do Estado do Pará**, Órgão do Poder Judiciário, com Sede na Avenida Almirante Barroso, nº. 3089, bairro do Souza, cidade de Belém, Estado do Pará, CEP 66.613-710, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 04.567.897/0001-90, doravante denominado TJPA, por seu Secretário de Administração, **IGOR ABRAHÃO ABDON**, brasileiro, advogado, portador da carteira de identidade nº. 1328441 SSP/PA, inscrito no CPF/MF sob o nº. 300.750.922-04, designado pela Portaria nº. 3874/2013-GP, de 01 de outubro de 2013, publicada no Diário de Justiça de 02 de outubro de 2013, residente e domiciliado nesta cidade de Belém, nos termos da Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993; do Decreto Estadual nº. 876, de 29 de outubro de 2013; da Lei nº. 8.078, de 11 de setembro de 1993 (Código de Defesa do Consumidor); e pelas demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Eletrônico nº. 014/TJPA/2014 (processo nº PA-PRO-2014/00317) para o Registro de Preços nº 007/TJPA/2014, conforme Homologação da Secretaria de Administração deste Egrégio Tribunal, publicada no Diário Oficial do Estado do Pará em 30 de maio de 2014, registram-se os preços oferecidos pela empresa **MAIS SEGURANÇA COMERCIALIZAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO LTDA. – EPP**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 08.906.451-0001-02, com sede na cidade de Belém, Estado do Pará, à Rodovia do Tapanã, nº. 81, Bairro Tapanã (Icoaraci), CEP. 66825-522, email: maisextintores@bol.com.br, telefone: (91) 3033-4653 / 3278-6871 doravante denominada **EMPRESA**, neste ato representada por Ronaldo Tenório da Silva, portado do RG nº. 1303712 SSP/PA, inscrito no CPF/MF sob o nº. 256.988.852-49, cuja proposta foi classificada em primeiro lugar para o Grupo 2, itens 5, 6, 7, e 8 do certame supracitado.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O objeto da presente ata é o registro de preço para o fornecimento de equipamentos e acessórios de prevenção e combate a incêndios novos e de primeiro uso; e Serviço de recarga dos extintores de incêndio deste Tribunal de Justiça, na Região Metropolitana de Belém, Região de Marabá e Região de Santarém. De acordo com o Termo de Referência e a proposta da empresa conforme quadro abaixo:

ITEM	QTD.	UND.	MODELO / DESCRIÇÃO	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
5	352	UND.	Serviço de recarga de extintor tipo CO2 6 kg. Fabricante / Marca: Mais Extintores.	60,00	21.120,00
6	317	UND.	Serviço de recarga de extintor tipo AP 10 Litros. Fabricante / Marca: Mais Extintores.	25,00	7.925,00
7	234	UND.	Serviço de recarga de extintor tipo PQS BC 6 kg. Fabricante / Marca: Mais Extintores.	30,00	7.020,00
8	066	UND.	Serviço de recarga de extintor tipo PQS ABC 6 kg. Fabricante / Marca: Mais Extintores.	75,14	4.959,25
Total: R\$ 41.024,24					

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VALIDADE DOS PREÇOS

Esta ata de registro de preços é documento vinculativo obrigacional e seu prazo de validade não será superior a 12 (doze) meses, incluídas eventuais prorrogações.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Durante o prazo de validade desta ata, o TJPA não estará obrigado a contratar o objeto referido na cláusula primeira exclusivamente pelo Sistema de



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
Coordenadoria de Convênios e Contratos

Registro de Preços, podendo fazê-lo por meio de outra licitação, quando julgar conveniente, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à EMPRESA, sendo, entretanto, lhe assegurado a preferência de contratação em igualdade de condições.

PARÁGRAFO SEGUNDO – A partir da assinatura da presente ata, a EMPRESA assume o compromisso de atender, durante o prazo de sua vigência, aos pedidos realizados e obriga-se a cumprir, na íntegra, todas as condições estabelecidas neste instrumento e no termo de referência, ficando sujeita, inclusive, às penalidades legalmente cabíveis pelo descumprimento de quaisquer de suas cláusulas.

PARÁGRAFO TERCEIRO – A assinatura de contrato será a caracterização do compromisso de prestar o fornecimento objeto da presente ata, conforme art. 62, da Lei nº 8.666/93.

PARÁGRAFO QUARTO – O prazo de vigência do contrato será equivalente ao dobro do prazo calculado para o fornecimento do objeto.

PARÁGRAFO QUINTO – É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na presente ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o §15 do art. 65 da Lei nº. 8.666/1993.

PARÁGRAFO SEXTO – Os contratos decorrentes da presente ata poderão ser alterados, observado o disposto no art. 65 da Lei nº. 8.666/1993.

PARÁGRAFO SÉTIMO – Os contratos decorrentes do Sistema de Registro de Preços deverão ser assinados no prazo de validade da presente ata.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS PREÇOS

Os preços ofertados pela EMPRESA constam de sua proposta, parte integrante desta ata.

PARÁGRAFO ÚNICO – Os preços, expressos em Real (R\$), serão fixos e irrevogáveis pelo período de 12 (doze) meses, contados a partir da publicação desta ata de registro de preços.

CLÁUSULA QUARTA – DA REVISÃO E DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao TJPA promover as negociações junto a EMPRESA, observadas as disposições contidas na alínea "d", do inciso II do *caput* do art. 65 da Lei nº. 8.666/1993.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o TJPA convocará a EMPRESA para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Se a EMPRESA não aceitar reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado será liberada do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

PARÁGRAFO TERCEIRO – A ordem de classificação das empresas que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

PARÁGRAFO QUARTO – Quando os preços de mercado se tornarem superiores aos preços registrados e a EMPRESA não puder cumprir o compromisso, o TJPA poderá:

I – liberar a EMPRESA do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados;

II – convocar as demais empresas para assegurar igual oportunidade de negociação.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
Coordenadoria de Convênios e Contratos

PARÁGRAFO QUINTO – Não havendo êxito nas negociações, o TJPA deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

PARÁGRAFO SEXTO – O registro da EMPRESA será cancelado quando:

- I – descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- II – não retirar a nota de empenho ou assinar o contrato no prazo estabelecido pelo TJPA, sem justificativa aceitável;
- III – não aceitar reduzir os preços registrados, na hipótese destes se tornarem superiores àqueles praticado no mercado; ou
- IV – sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do *caput* do art. 87 da Lei nº. 8.666/1993, ou no art. 7º da Lei nº. 10.520/2002.

PARÁGRAFO SÉTIMO – O cancelamento de registro nas hipóteses previstas nos incisos I, II e IV do parágrafo anterior será formalizado por despacho do TJPA, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

PARÁGRAFO OITAVO – O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da Ata, devidamente comprovado e justificado:

- I – por razão de interesse público; ou
- II – a pedido da EMPRESA.

CLÁUSULA QUINTA – DO PAGAMENTO

O pagamento de cada etapa deverá obedecer ao prazo não superior a 30 (trinta) dias, contado do recebimento definitivo do material e da apresentação do documento fiscal correspondente.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O pagamento será feito através de boleto bancário ou crédito em conta corrente mantida pela EMPRESA no Banco do Estado do Pará, agência nº. 27, conta corrente nº. 137368-4, mediante a apresentação de nota fiscal/ fatura emitida pela mesma em correspondência aos materiais fornecidos.

PARÁGRAFO SEGUNDO – A nota fiscal ou fatura deverá vir acompanhada obrigatoriamente dos seguintes comprovantes:

a) Do pagamento da remuneração e das contribuições sociais (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e Previdência Social), correspondentes ao mês da última nota fiscal ou fatura vencida, compatível com os empregados vinculados à execução contratual, nominalmente identificados, na forma do §4º do art. 31 da Lei nº. 9.032/1995;

b) GFIP - Guia de Recolhimento do FGTS e de Informações à Previdência Social, relativa ao mês da última competência vencida;

c) Da regularidade fiscal, demonstrada através de consulta *on-line* ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº. 8.666/1993;

d) Do cumprimento das obrigações trabalhistas correspondentes à última nota fiscal ou fatura que tenha sido paga pelo TJPA.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
Coordenadoria de Convênios e Contratos

PARÁGRAFO TERCEIRO – Poderá o TJPA descontar o valor correspondente aos danos a que a EMPRESA der causa das faturas pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos, independentemente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial.

PARÁGRAFO QUARTO – O TJPA poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes às multas ou a indenizações devidas pela EMPRESA, nos termos desta ata.

PARÁGRAFO QUINTO – Nenhum pagamento isentará a EMPRESA das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do material.

PARÁGRAFO SEXTO – Para efeito de pagamento, o TJPA procederá às retenções tributárias e previdenciárias previstas na legislação em vigor, aplicáveis a este instrumento.

PARÁGRAFO SÉTIMO – No caso de eventual atraso de pagamento, desde que a EMPRESA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de atualização financeira devida pelo TJPA, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo adimplimento da parcela, será mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga; e

I = Índice de atualização financeira = 0,0001644, assim apurado:

$$I = \frac{(TX/100)}{365} \quad I = \frac{(6/100)}{365} \quad I = 0,0001644$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

CLÁUSULA SEXTA – OBRIGAÇÕES DA EMPRESA

São obrigações da EMPRESA além das prevista nesta ata de registro de preços, a seguir especificadas, as demais previstas no edital e no termo de referência:

I – Executar fielmente o objeto da presente ata de registro de preços, obedecendo rigorosamente às exigências e especificações contidas no termo de referência.

II – Providenciar a imediata correção de deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pelo TJPA.

III – Comunicar ao TJPA toda e qualquer irregularidade ocorrida ou observada durante o fornecimento dos materiais;

IV – Manter durante a vigência da ata de registro de preços as condições de habilitação e qualificação exigidas no edital convocatório apresentando, sempre que exigidos, os comprovantes de regularidade fiscal, jurídica, técnica e econômica.

V – Acatar todas as exigências do TJPA, sujeitando-se à sua ampla e irrestrita fiscalização, prestando todos os esclarecimentos solicitados e atendendo às reclamações formuladas.

VI – Executar diretamente os fornecimentos, sem a transferência de responsabilidade, cessões ou subcontratações não autorizadas pelo TJPA.

VII – Respeitar as normas e procedimentos de controle e acesso às dependências do TJPA.

VIII – Fornecer/empregar todo o material, equipamentos e mão de obra necessários para o fornecimento dos impressos.

IX – Atender às especificações contidas nesta ata de registro de preços, no edital convocatório, no termo de referência e na sua proposta, aos quais a EMPRESA fica vinculada.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
Coordenadoria de Convênios e Contratos

X – Cumprir rigorosamente os prazos estabelecidos, sujeitando-se às penas e às multas estabelecidas no edital e nesta ata, além da aplicação daquelas previstas na Lei nº. 8.666/1993 e suas alterações posteriores, sem prejuízos das demais.

XI – Cumprir as demais obrigações constantes no termo de referência.

XII – Assumir, por sua conta exclusiva, todos os custos e encargos resultantes da execução do objeto desta ata de registro de preços, inclusive impostos, taxas, fretes, emolumentos e suas majorações, incidentes ou que vierem a incidir sobre o objeto deste certame.

XIII – Corrigir e reparar, às suas expensas, no todo ou em parte, os materiais fornecidos com vícios, incorreções ou em desacordo com as especificações técnicas constantes do termo de referência.

XIV – Em nenhuma hipótese poderá a EMPRESA veicular publicidade acerca do fornecimento objeto da presente ata de registro de preços.

XV – A EMPRESA se sujeita às disposições do Código de Proteção e Defesa do Consumidor, instituído pela Lei nº. 8.078/1990.

XVI – A EMPRESA não poderá possuir em seu quadro de sócios e empregados cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de desembargadores e juizes vinculados ao TJPA, bem como de ocupantes de cargos de direção e assessoramento, conforme art. 3º da Resolução nº. 07/2005 do Conselho Nacional de Justiça – CNJ.

CLÁUSULA SÉTIMA – OBRIGAÇÕES DO TJPA

São obrigações do TJPA, além das demais previstas nesta ata de registro de preços e nos anexos que integram e complementam o edital convocatório:

I – Efetuar o pagamento das notas fiscais/faturas na forma e prazo estabelecidos.

II – Observar para que, durante a vigência da ata, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem assim, a compatibilidade com as obrigações assumidas.

III – Conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados para fins de adequação às novas condições de mercado, e de aplicação de penalidades.

IV – Prestar as informações e os esclarecimentos pertinentes que venham a ser solicitados pelo representante da EMPRESA.

V – Comunicar à EMPRESA quaisquer irregularidades nos impressos, objetivando a imediata reparação.

VI – Atestar o recebimento dos itens entregues bem como sua adequação às especificações exigidas, rejeitando os que não estiverem de acordo com as especificações do termo de referência, por meio de notificação à licitante vencedora.

VII – Acompanhar e fiscalizar a execução do objeto, anotando em registro próprio os defeitos detectados no fornecimento dos materiais e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam correção por parte da EMPRESA.

VIII – Cumprir as demais obrigações constantes do edital e do termo de referência.

CLÁUSULA OITAVA – DA FISCALIZAÇÃO

O acompanhamento e a fiscalização ficarão sob a responsabilidade da Coordenadoria Militar deste Tribunal de Justiça. Exercerá ampla, irrestrita e permanente fiscalização de todas as etapas de execução das obrigações e do desempenho da EMPRESA, sem prejuízo do dever desta de fiscalizar seus empregados, prepostos ou subordinados.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração especialmente designado. A designação do fiscal administrativo será feita na formalização do contrato.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
Coordenadoria de Convênios e Contratos

PARÁGRAFO SEGUNDO – A EMPRESA declara aceitar, integralmente, todos os métodos e processos de inspeção, verificação e controle a serem adotados pelo TJPA.

PARÁGRAFO TERCEIRO – A existência e a atuação da fiscalização pelo TJPA em nada restringem a responsabilidade integral e exclusiva da EMPRESA quanto à integridade e à correção da execução das prestações a que se obrigou, suas consequências e implicações perante terceiros, próximas ou remotas.

CLÁUSULA NONA – DAS PENALIDADES

Ficará impedida de participar de licitação e de contratar com a Administração e, se for o caso, será descredenciada no SICAF, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e seus anexos e das demais cominações legais, garantida a defesa prévia, a licitante que, dentro do prazo de validade de sua proposta:

- a) não mantiver sua proposta pelo prazo de validade da mesma, não podendo ser inferior a 60 (sessenta) dias;
- b) negar-se a retirar ou receber a nota de empenho;
- c) deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou apresentar documentação falsa;
- d) ensejar o retardamento da execução de seu objeto;
- e) falhar ou fraudar na execução do objeto licitado;
- f) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Em conformidade com o estabelecido nos artigos 86 e 87 da Lei 8.666/1993, a licitante vencedora que descumprir as condições deste edital e seus anexos, garantida a defesa prévia, ficará sujeita às seguintes penalidades, sem prejuízo de responsabilizar-se pelo fiel cumprimento do objeto licitado:

a) pela inexecução total ou parcial do objeto licitado, a administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar as seguintes sanções:

- a.1) advertência;
- a.2) multa de 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor global desta ata de registro de preços, por dia de atraso injustificado e por descumprimento das obrigações estabelecidas nesta ata, até o limite máximo de 10% (dez por cento) sobre o valor global da contratação, a juízo da Administração;
- a.3) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor global desta ata de registro de preços, no caso de inexecução total desta ata e 5% (cinco por cento) sobre o valor do pedido, no caso de inexecução parcial do objeto;
- a.4) suspensão temporária de participação em licitação e impedido de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;
- a.5) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade;

PARÁGRAFO SEGUNDO – A aplicação da sanção prevista no item a.5 é de competência exclusiva do Presidente do Tribunal de Justiça.

PARÁGRAFO TERCEIRO – As sanções previstas nos itens a.1, a.4 e a.5 poderão ser aplicadas juntamente com multa.

4



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
Coordenadoria de Convênios e Contratos

PARÁGRAFO QUARTO – O prazo para a defesa prévia será exercida no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da notificação à licitante vencedora, salvo no caso de declaração de inidoneidade, caso em que o prazo será de 10 (dez) dias da abertura de vista ao processo.

PARÁGRAFO QUINTO – Os atos administrativos de aplicação de sanções, bem como a rescisão contratual, serão publicados resumidamente no Diário Oficial do Estado e registrados no SICAF.

PARÁGRAFO SEXTO – A aplicação das sanções previstas nesta Ata não exclui a possibilidade de aplicação de outras, previstas em Lei, inclusive responsabilização do fornecedor por eventuais perdas e/ou danos causados à Administração.

PARÁGRAFO SÉTIMO – No caso de não recolhimento do valor da multa, dentro de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data da intimação para pagamento, a importância poderá ser descontada de pagamentos pendentes, comprovando-se o depósito perante a Administração, ou ainda cobrada judicialmente, acrescida de juros moratórios de 1% (um por cento).

CLÁUSULA DÉCIMA – DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS POR ÓRGÃO OU ENTIDADES NÃO PARTICIPANTES

Esta ata de registro de preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade autárquica e fundacional que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do TJPA.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – As demais entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso desta ata de registro de preços, deverão consultar o TJPA para manifestação sobre a possibilidade de adesão.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Caberá à EMPRESA, beneficiária da ata de registro de preços, observadas as condições aqui estabelecidas, optar pela aceitação ou não da prestação do fornecimento decorrente da adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes desta ata, assumidas com o TJPA.

PARÁGRAFO TERCEIRO – As contratações adicionais a que se refere esta cláusula não poderão exceder a 100% (cem por cento) dos quantitativos dos itens registrados nesta ata para o TJPA.

PARÁGRAFO QUARTO – O quantitativo decorrente das adesões a esta ata não poderá exceder, na totalidade, ao quádruplo do quantitativo de cada item registrado nesta ata para o TJPA, independente do número de órgãos não participantes que aderirem.

PARÁGRAFO QUINTO – O TJPA somente poderá autorizar a adesão a esta ata após a primeira contratação solicitada em 90 (noventa) dias, observado o prazo de vigência da ata.

PARÁGRAFO SEXTO – Após autorização do TJPA, o órgão não participante deverá efetivar a contratação solicitada em até 90 (noventa) dias, observado o prazo de vigência desta ata.

PARÁGRAFO SÉTIMO – Compete ao órgão não participante os atos relativos à cobrança do cumprimento pela EMPRESA das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao TJPA.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
Coordenadoria de Convênios e Contratos

PARÁGRAFO OITAVO – É facultada aos órgãos e entidades municipais, distritais ou de outros Estados a adesão a esta ata, devendo-se dar prioridade aos órgãos e entidades da Administração Pública do Estado do Pará.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS CONDIÇÕES DE GERENCIAMENTO

O TJPB será o órgão responsável pelos atos de controle e administração desta ata de registro de preços e indicará, sempre que solicitado pelos órgãos usuários, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem adquiridos, as empresas para os quais serão emitidos os pedidos.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O gerenciamento das obrigações contratuais objeto desta ata será efetuado pela Comissão de Registro de Preços do TJPB, designada pela Portaria nº. 016/2007-SA, com autoridade para exercer, como representante da Administração do TJPB, toda e qualquer ação de orientação geral e acompanhamento na execução do fornecimento objeto da presente ata.

PARÁGRAFO SEGUNDO – A convocação das empresas pelo TJPB será formalizada e conterá o endereço e o prazo máximo em que deverão comparecer para retirar o respectivo pedido.

PARÁGRAFO TERCEIRO – A EMPRESA convocada na forma do subitem anterior que não comparecer, não retirar a nota de empenho e a ordem de autorização, não assinar o contrato no prazo estipulado ou não cumprir as obrigações estabelecidas nesta ata de registro de preços, estará sujeita às sanções previstas no edital e neste instrumento.

PARÁGRAFO QUARTO – Quando comprovada uma dessas hipóteses, o TJPB poderá indicar a próxima EMPRESA a ser destinado o pedido, na ordem de classificação, sem prejuízo da abertura de processo administrativo para aplicação de penalidades.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

As despesas decorrentes da contratação objeto desta ata correrão à conta de recursos consignados no orçamento do TJPB para os exercícios alcançados pelo prazo de validade da ata de Registro de Preços, a cargo do TJPB, tomadas as cautelas de realização de empenho prévio a cada demanda para execução do objeto da presente ata, cujos programas de trabalho e elementos de despesas específicos constarão no respectivo contrato ou na respectiva nota de empenho.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Será incluído nesta ata o registro das licitantes que aceitarem cotar os preços iguais aos da licitante vencedora na ordem de classificação do certame.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A ordem de classificação das licitantes registradas na ata deverá ser respeitada nas contratações.

PARÁGRAFO SEGUNDO – A condição estabelecida no *caput* desta cláusula tem por objetivo a formação de cadastro de reserva, no caso de exclusão do primeiro colocado da ata.

PARÁGRAFO TERCEIRO – Integram esta ata: o edital do Pregão Eletrônico nº 014/TJPB/2014, o termo de referência e a proposta da empresa classificada em primeiro lugar no supracitado certame.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
Coordenadoria de Convênios e Contratos

PARÁGRAFO QUARTO – O prazo para assinatura desta ata será de até 10 (dez) dias, contados a partir da data de homologação da licitação pelo Senhor Secretário de Administração.

PARÁGRAFO TERCEIRO – Os casos omissos serão resolvidos com observância das disposições constantes da Lei nº 8.666/1993, do Decreto Estadual nº 876/2013, da Lei nº 8.078/1993 e da Portaria nº. 3.215/2012 do Gabinete da Presidência do TJPA.

PARÁGRAFO QUARTO – O resumo da ata de registro de preços será publicado no Diário Oficial do Estado do Pará no prazo de até 10 (dez) dias, contados da sua assinatura, condição indispensável para sua eficácia.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO FORO

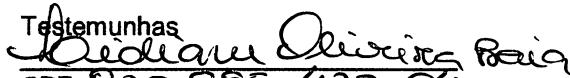
As questões decorrentes da execução deste instrumento que não possam ser dirimidas administrativamente serão processadas e julgadas no Foro de Belém, Capital do Estado do Pará, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

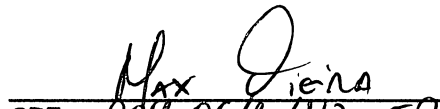
E, por estarem assim, justas e contratadas, firmam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma.

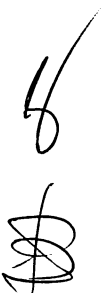
Belém, 04 de junho de 2014.


Igor Abrahão Abdon
Secretário


Ronaldo Tenório da Silva
Mais Segurança Comercialização de Equipamentos de Proteção Ltda. – EPP.

Testemunhas

CPF: 870.985.472-04


CPF: 049.059.412-58





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
Coordenadoria de Convênios e Contratos

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

- 1.1.** Fornecimento de equipamentos e acessórios de prevenção e combate a incêndios novos e de primeiro uso;
- 1.2.** Serviço de recarga dos extintores de incêndio deste Tribunal de Justiça, na Região Metropolitana de Belém, Região de Marabá e Região de Santarém;
- 1.3.** As especificações e quantitativos estão descritos nos Lotes I, II, III e IV, conforme consta no Item 3 deste Termo de Referência.

2. JUSTIFICATIVA

As unidades do Tribunal de Justiça do Pará necessitam de equipamentos de segurança contra incêndios e pânico, dentre os quais, os extintores, cujo funcionamento visa garantir a segurança das instalações em caso de sinistro. Assim sendo, *eventualmente* há a necessidade em se adquirir de empresa especializada equipamentos e acessórios contra incêndios, assim como o serviço de recargas dos extintores, que se dão em função do vencimento anual previsto em norma específica, devendo ser realizado por empresa qualificada e habilitada, no intuito de prover ao TJPA o funcionamento dos extintores de incêndio essenciais à segurança de suas unidades.

3. ESPECIFICAÇÃO

As demandas para os equipamentos e acessórios e as demandas para o serviço de recarga, estão especificadas nos **Lotes I, II, III e IV**, conforme descrição abaixo:

3.1. Lote I – Fornecimento de equipamentos e acessórios.

Item	Descrição	Quantitativo
1	Extintor de Incêndio tipo PQS ABC de 06 kg.	722 unidades
2	Suporte de Piso Tripé Arame	25 unidades
3	Chave de Mangueira	35 unidades
4	Mangueira de 1 ½ 15mts.	05 unidades

3.2. Lote II – Serviço de Recarga de extintores na Região Metropolitana de Belém.

Item	Descrição	Quantitativo
5	Recarga de extintor tipo CO2 de 06 kg.	352 unidades
6	Recarga de extintor tipo AP de 10 l.	317 unidades
7	Recarga de extintor tipo PQS BC de 06 kg.	234 unidades
8	Recarga de extintor PQS ABC de 06 kg.	66 unidades

3.3. Lote III – Serviço de Recarga de extintores na Região de Marabá.

Item	Descrição	Quantitativo
9	Recarga de extintor tipo CO2 de 06 kg.	52 unidades
10	Recarga de extintor tipo AP de 10 l.	37 unidades
11	Recarga de extintor tipo PQS BC de 06 kg.	42 unidades

3.4. Lote IV – Serviço de Recarga de extintores na Região de Santarém.

Item	Descrição	Quantitativo
12	Recarga de extintor tipo CO2 de 06 kg.	52 unidades
13	Recarga de extintor tipo AP de 10 l.	34 unidades
14	Recarga de extintor tipo PQS BC de 06 kg.	42 unidades

4. DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES DESEMPENHADAS PELA PESSOA JURÍDICA



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
Coordenadoria de Convênios e Contratos

4.1. Entende-se como objeto deste certame o fornecimento de extintores de incêndio e acessórios, novos e de primeiro uso, **quando houver necessidade e for solicitado por este TJPA**, assim como o serviço de recarga de extintores de incêndio existentes e de propriedade deste TJPA;

4.2. A empresa deverá realizar o controle dos prazos de validade das cargas, efetuando as recargas e testes hidrostáticos necessários e, que deverão estar em conformidade com as NBR 12962/1998 (ABNT) e NBR 12693/2010 (ABNT).

5. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

5.1. Efetuar o pagamento dos fornecimentos executados, desde que cumpridas todas as formalidades e exigências desta contratação;

5.2. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelos empregados da contratada;

5.3. Comunicar à contratada, quaisquer irregularidades objetivando a imediata reparação;

5.4. Executar, por meio da Coordenadoria Militar, a fiscalização e o acompanhamento da execução e do fornecimento, bem como o ateste das faturas correspondentes ao objeto contratado;

5.5. Permitir o livre acesso dos empregados da contratada nas dependências do Tribunal de Justiça, desde que, os mesmos estejam devidamente identificados e acompanhados por integrantes da Coordenadoria Militar.

6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1. Cumprir todas as exigências e especificações constantes neste certame;

6.2. Permitir à Coordenadoria Militar o direito de acompanhar as recargas nas dependências da empresa contratada, caso o Tribunal de Justiça entenda necessário;

6.3. Controlar os prazos de validade das cargas dos extintores de incêndio de propriedade do Tribunal de Justiça;

6.4. Efetuar recargas quando do vencimento do agente extintor, realizar o teste hidrostático no período estabelecido, na NBR 12962/98 e outras manutenções necessárias à funcionalidade do extintor de incêndio;

6.5. Ao realizar as recargas dos extintores de incêndio deverá informar formalmente à Coordenadoria Militar, quando da necessidade de reposição de peças (mangueira; válvula...);

6.6. Fornecer extintores reservas no mesmo quantitativo retirado na unidade durante a execução do serviço de recarga;

6.7. Executar diretamente o contrato, sem a transferência de responsabilidade ou subcontratação não autorizada por este Tribunal de Justiça;

6.8. Responder pelos danos causados diretamente à Administração do Tribunal de Justiça ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo;

6.9. Manter, ainda, os seus empregados uniformizados e identificados por crachá, quando presentes nas unidades do Tribunal de Justiça;

6.10. Respeitar as normas e procedimentos de controle e acesso às dependências do Tribunal de Justiça;

6.11. Manter durante a execução do contrato as condições que ensejaram a contratação;

6.12. Manter com a Coordenadoria Militar deste Tribunal de Justiça, contato telefônico e/ou pessoal para agendamento da retirada e/ou entrega dos extintores de incêndios, pelo telefone (91) 3205 3317;

6.13. Prestar rigorosamente os serviços de acordo com as certificações e normas de segurança determinadas pelos órgãos competentes e fiscalizadores da referida atividade;

6.14. Para o Lote I que trata de **Aquisição**, a entrega dos produtos novos será realizada no prédio Sede deste TJPA – Av. Almirante Barroso n.º 3089, bairro Souza, Belém/PA; ou em outro endereço a ser fornecido pela Coordenadoria Militar;

6.15. Para o Lote II que trata de **Recarga na Região Metropolitana de Belém**, a retirada e devolução será no Almoxarifado Central deste TJPA, Av. Félix Roque n.º 264, bairro Cidade Velha, Belém/PA; ou em outro endereço dentro da região metropolitana a ser fornecido pela Coordenadoria Militar;



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
Coordenadoria de Convênios e Contratos

6.16. Para o Lote III que trata de **Recarga na Região de Marabá**, a retirada e devolução dos extintores do Fórum de Marabá, serão na Rua Transamazônica S/N, bairro Amapá, Marabá/PA; para os demais fóruns daquela região, a entrega e devolução serão em endereço a ser fornecido pela empresa, dentro da cidade de Marabá;

6.17. Para o Lote IV que trata de **Recarga na Região de Santarém**, a retirada e devolução dos extintores do Fórum de Santarém serão na Av. Mendonça Furtado S/N, bairro Liberdade, Santarém/PA; para os demais Fóruns daquela região, a entrega e devolução serão em endereço a ser fornecido pela empresa, dentro da cidade de Santarém.

7. GARANTIA DO BEM

7.1. O fornecedor dos bens adquiridos (extintores de incêndio e acessórios) deverá oferecer garantia contra defeito de fabricação pelo período mínimo de 01 (um) ano, contado a partir da entrega dos mesmos.

7.2. Durante o período da garantia, o fornecedor substituirá as partes, conjuntos ou bens defeituosos ou degradados em decorrência de falhas da fabricação, sem ônus para o adquirente, cabendo a este comunicar por escrito a constatação de defeito.

8. PRAZOS

8.1. O prazo para a execução do objeto deste certame será pelo período de 12 (doze) meses;

8.2. A partir do recebimento da Nota de Empenho os bens adquiridos deverão ser entregues no prazo máximo de até 20 (vinte) dias, no horário das 08 às 14h.

8.3. A partir do recebimento da Nota de Empenho a devolução dos extintores de incêndio recarregados será no prazo máximo de até 07 (sete) dias a contar da data da coleta no local de retirada.

9. CRITÉRIOS PARA ACEITAÇÃO DO OBJETO

9.1. Comprovar habilitação para a **execução do serviço de recarga**, através da certificação do INMETRO, Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiro (AVCB) e regularização junto ao CREA;

9.2. Apresentar Atestado de Capacidade Técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, declarando que a licitante já forneceu, a contento, objeto compatível com o da presente licitação;

9.3. Os itens do objeto licitado deverão estar devidamente recarregados, pintados, lacrados e com todos os acessórios para o devido funcionamento de acordo com a NBR 12962.

Belém/PA, Fevereiro de 2014.

Jandiara Luzia Matos Pires.
Analista Judiciário.
Matrícula 67180.

De Acordo.
Adriana Klautau Guimarães.
Chefe da Divisão de Serviços Gerais.
Matrícula 41040.

DIÁRIA**NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 696785****Portaria: 1489/14-DPG**

Objetivo: REALIZAR ITINERÂNCIA

Fundamento Legal: Lei nº 5810/94 e o Decreto Estadual nº 734/92

Origem: PARAUAPEBAS/PA - BRASIL

Destino(s): CURIONÓPOLIS/PA - Brasil<br

Servidor(es):

5895999/DAVID OLIVEIRA PEREIRA DA SILVA (DEFENSOR PÚBLICO) / 0,5 diárias (Deslocamento) / de 26/05/2014 a 26/05/2014

5895999/DAVID OLIVEIRA PEREIRA DA SILVA (DEFENSOR PÚBLICO) / 0,5 diárias (Deslocamento) / de 27/05/2014 a 27/05/2014

5895999/DAVID OLIVEIRA PEREIRA DA SILVA (DEFENSOR PÚBLICO) / 0,5 diárias (Deslocamento) / de 28/05/2014 a 28/05/2014

5895999/DAVID OLIVEIRA PEREIRA DA SILVA (DEFENSOR PÚBLICO) / 0,5 diárias (Deslocamento) / de 29/05/2014 a 29/05/2014

5895999/DAVID OLIVEIRA PEREIRA DA SILVA (DEFENSOR PÚBLICO) / 0,5 diárias (Deslocamento) / de 30/05/2014 a 30/05/2014<br

Ordenador: ADALBERTO DA MOTA SOUTO

DIÁRIA**NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 696788****Portaria: 1490/14-DPG**

Objetivo: REALIZAR ITINERÂNCIA

Fundamento Legal: Lei nº 5810/94 e o Decreto Estadual nº 734/92

Origem: MARABÁ/PA - BRASIL

Destino(s): RONDON DO PARÁ/PA - Brasil<br

Servidor(es):

5896000/ELOIZIO CORDEIRO TAVEIRA DE SOUZA (DEFENSOR PÚBLICO) / 0,5 diárias (Deslocamento) / de 26/05/2014 a 26/05/2014<br

Ordenador: ADALBERTO DA MOTA SOUTO

DIÁRIA**NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 696793****Portaria: 1491/14-DPG**

Objetivo: REALIZAR ITINERÂNCIA

Fundamento Legal: Lei nº 5810/94 e o Decreto Estadual nº 734/92

Origem: ITUPIRANGA/PA - BRASIL

Destino(s): SÃO JOÃO DO ARAGUAIA/PA - Brasil<br

Servidor(es):

57198591/ADONAI OLIVEIRA FARIAS (DEFENSOR PÚBLICO) / 1,5 diárias (Completa) / de 26/05/2014 a 27/05/2014<br

Ordenador: ADALBERTO DA MOTA SOUTO

DIÁRIA**NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 696800****Portaria: 1492/14-DPG**

Objetivo: PROTOCOLIZAR INICIAIS E BUSCAR PROCESSOS

Fundamento Legal: Lei nº 5810/94 e o Decreto Estadual nº 734/92

Origem: CAPANEMA/PA - BRASIL

Destino(s): OUREM/PA - Brasil<br

Servidor(es):

0/RAIMUNDA LOPES MENDES (SECRETÁRIA) / 1,5 diárias (Completa) / de 27/05/2014 a 28/05/2014<br

Ordenador: ADALBERTO DA MOTA SOUTO

Legislativo

Assembleia Legislativa do Estado

DECRETO Nº 1029/2014/MD/AL**NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 697029**

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARÁ, usando de suas atribuições legais e regimentais,

RESOLVE:

APOSENTAR, com base nas disposições do art. 40, III, a, c/c o art. 3º da EC nº 47, de 2005, o servidor JOSÉ MARIA LEITE DOS SANTOS, ocupante do cargo de TÉCNICO LEGISLATIVO - PL.AL.102, do Quadro Suplementar de Provedimento Efetivo - Anexo II da Resolução nº 08, de 22.01.91, consoante Decreto nº 1409/03-MD/AL, com proventos integrais de R\$16.301,87 (dezesess mil, trezentos e um reais e oitenta e sete centavos), assim discriminados:

VENCIMENTO (18 REFERÊNCIAS).....R\$3638,81
 DEDICAÇÃO LEGISLATIVA (80%)..... R\$2911,05
 REPRESENTAÇÃO DL.04/12 (100%).....R\$3638,81
 ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO (60%).....R\$6113,20
TOTAL DE PROVENTOS MENSAIS.....R\$ 16301,87
TOTAL DE PROVENTOS ANUAIS.....R\$195.622,24
PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.
 BELÉM-Pa, em 09 de abril de 2014.

Deputado MÁRCIO MIRANDA

Presidente

Deputado ELIEL FAUSTINO

1º Secretário

Deputado TIÃO MIRANDA

2º Secretário

Replicado por ter saído com incorreção no DOE nº 32635, de 06.05.2014

DECRETO Nº 1032/MD/AL 2014**NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 697033**

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARÁ, usando de suas atribuições legais e regimentais,

RESOLVE:

APOSENTAR, com base nas disposições do art. 40, § 1º, II da CF/88 e demais legislações infraconstitucionais pertinentes à remuneração, o servidor WALMIR FIGUEIRA, matrícula 612, com os proventos do cargo de ANALISTA LEGISLATIVO/ASSISTÊNCIA LEGISLATIVA- PL.AL. 070, do Quadro de Provedimento Efetivo desta Assembleia Legislativa, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição previdenciária, compostos das seguintes parcelas:

Vencimento (14 Ref.), prop. a 30/35 avos sobre R\$2603,17.....R\$2231,28
 Dedicção Legislativa (80%).....R\$1785,02
 Adicional Por Tempo de Serviço (50%).....R\$2081,12

TOTAL DE PROVENTOS MENSAIS.R\$.....R\$6024,45**TOTAL DE PROVENTOS ANUAIS.....R\$72.293,47****PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.**

BELÉM-Pa., em 25 de abril de 2014.

Deputado MÁRCIO MIRANDA

Presidente

Deputado ELIEL FAUSTINO

1º Secretário

Deputado TIÃO MIRANDA

2º Secretário

DECRETO Nº 1167/2014/MD/AL**NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 697035**

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARÁ, usando de suas atribuições legais e regimentais,

RESOLVE:

APOSENTAR, com base nas normas estabelecidas pela Emenda Constitucional nº 41/03, art.6º, incisos I,II,III e IV, combinado com arts. 2º e 5º da Emenda Constitucional nº 47/05 e art. 54-A, incisos I,II,III e IV da Lei Complementar nº 39/2002, alterada pela Lei Complementar 49/2005, a servidora LOURDES MARIA BARBALHO PONTES - matrícula 125, no cargo de TÉCNICO LEGISLATIVO - PL.AL.102, do Quadro de Provedimento Efetivo, com proventos integrais, assim discriminados:

VENCIMENTO (14 Referências).....R\$ 2993,66
 GRATIFICAÇÃO DE NÍVEL SUPERIOR(80%).....R\$2394,93
 REPRESENTAÇÃO DL.04/12 (100%).....R\$2993,66
 INSALUBRIDADE (10%)..... R\$299,37
 ADICIONAL DE TITULAÇÃO (15%)..... R\$449,05
 ADICIONAL Art. 130/Lei nº 5810/94 (50% sobre o DAS.202.3)....R\$1739,92

TOTAL DE PROVENTOS MENSAIS.....R\$5978,82**TOTAL DE PROVENTOS ANUAIS.....R\$-202192,98****PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.**

BELÉM-Pa., em 12 de maio de 2014.

Deputado MÁRCIO MIRANDA

Presidente

Deputado ELIEL FAUSTINO

1º Secretário

Deputado TIÃO MIRANDA

2º Secretário

DECRETO Nº 1169/2014/MD/AL**NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 697040**

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARÁ, usando de suas atribuições legais e regimentais,

RESOLVE:

APOSENTAR, com base nas disposições do art. 6º, incisos I, II,III e IV da Emenda Constitucional nº 41/03, combinado com o arts. 2º e 5º da Emenda Constitucional nº 47/05 e art. 54-A, incisos I, II, III e IV da Lei Complementar Estadual nº 39/02, alterada pela Lei Complementar nº 49/05; art. 131, § 1º, X, da Lei nº 5810/94; Decretos Legislativos nº 70/90, art. 12; Decreto Legislativo nº 06/10, Decreto Legislativo nº 04/12; Resoluções nºs 08/91, 10/91, 67/91 e 009/93; Ato da Mesa nº 003/2014, a servidora ROSA MARIA BARBOSA CHAVES, matrícula 596, no cargo de ASSISTENTE LEGISLATIVO "C" - PL.AL.051, do Quadro

Suplementar de Provedimento Efetivo, com proventos compostos das seguintes parcelas:

VENCIMENTO (14 Referências).....R\$2603,17
 DEDICAÇÃO LEGISLATIVA (80%).....R\$2082,54
 ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO (50%).....R\$2342,85

TOTAL DE PROVENTOS MENSAIS.....R\$7028,56**TOTAL DE PROVENTOS ANUAIS.....R\$84342,72****PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.**

BELÉM-Pa. em 15 de maio de 2014.

Deputado MÁRCIO MIRANDA

Presidente

Deputado ELIEL FAUSTINO

1º Secretário

Deputado TIÃO MIRANDA

2º Secretário

Judiciário

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ

EXTRATO ARP 007/2014 TJ/PA**NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 696723**

Extrato da Ata de Registro de Preço nº. 007/2014/TJPA - Pregão 014/TJPA/2014/Objeto: fornecimento de equipamentos e acessórios de prevenção e combate a incêndios novos e de primeiro uso; e Serviço de recarga dos extintores de incêndio, pelo prazo de 12 (doze) meses/ Empresa: M. Mocellin & Cia Ltda., inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 05.971.216/0001-18, com sede na cidade de São Jorge D'Oeste, Estado do Paraná, à Rodovia PR 475 - Km 33,3, Parque Industrial II, barracão 01, //Vigência de 12 meses a contar da assinatura // Data da assinatura: 04/06/2014//Responsável pela assinatura: Igor Abrahão Abdon - Secretário de Administração//Ordenador Responsável: Mariléa Ferreira Sanchez.

EXTRATO ARP 007/2014 TJ/PA GRUPO 2**NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 696924**

Extrato da Ata de Registro de Preço nº. 007/2014/TJPA - Pregão 014/TJPA/2014/Objeto: fornecimento de equipamentos e acessórios de prevenção e combate a incêndios novos e de primeiro uso; e Serviço de recarga dos extintores de incêndio, pelo prazo de 12 (doze) meses/ Empresa: MATS SEGURANÇA COMERCIALIZAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO LTDA. - EPP, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 08.906.451-0001-02, com sede na cidade de Belém, Estado do Pará, à Rodovia do Tapanã, nº. 81, Bairro Tapanã (Coaraci), CEP. 66825-522//Vigência de 12 meses a contar da assinatura // Data da assinatura: 04/06/2014//Responsável pela assinatura: Igor Abrahão Abdon - Secretário de Administração//Ordenador Responsável: Mariléa Ferreira Sanchez.

EXTRATO DO 2º TA AO CONTRATO 044/2013 TJ/PA**NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 697194**

Extrato do 2º Termo Aditivo ao Contrato nº. 044/2013/TJ-PA //Partes: TJPA e TN Telecomunicações do Norte e Construções Ltda./CNPJ: 04.851.929/0001-85//Objeto do Contrato: Execução de reforma e ampliação do prédio da Escola Superior da Magistratura//Modalidade de Licitação: Tomada de Preços de nº. 012/TJPA/2012//Vigência: 14/08/2013 a 13/08/2014// Valor do Contrato: R\$-497.934,85// Objeto do Aditivo: prorrogação de vigência em mais 6 meses// Início em 14/08/2014 e término em 14/02/2015// Data da Assinatura: 05/06/2014// Representante do Contratante: Igor Abrahão Abdon - Secretário de Administração.

EXTRATO DO CONVÊNIO 023/2014 TJ/PA**NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 697232**

Extrato de Convênio nº 023/2014-TJPA - Partes: Tribunal de Justiça do Estado do Pará e o Município de Pícarra// CNPJ/MF 01.612.163/0001-99// Objeto: Cooperação Técnica entre os municípios, visando à cessão de servidores para a realização de ações conjuntas voltadas para o desenvolvimento das atividades necessárias à modernização da Justiça no Município// Vigência: 3 anos// Data da assinatura: 05/06/2014 // Responsável pela assinatura: Desembargadora Luzia Nadja Guimarães Nascimento - Presidente do TJPA.

EXTRATO DO CONVÊNIO 024/2014 TJ/PA**NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 697242**

Extrato de Convênio nº. 024/2014-TJPA// Partes: Tribunal de Justiça do Estado do Pará e a Universidade Federal do Oeste do Pará - UFOPA// CNPJ/MF 11.118.393/0001-59// Objeto: Instalação e funcionamento da Vara de Juizados Especiais na UFOPA// Vigência: Início em 04/06/2014 e término em 04/06/2019// Data da assinatura: 04/06/2014// Responsável pela assinatura: Desembargadora Luzia Nadja Guimarães Nascimento - Presidente do TJPA

